

**“QUESTÕES DA REPÚBLICA” EM TEMPOS DE CRISE: *LINGUAGEM,*  
*IDEOLOGIA E JORNALISMO LITERÁRIO***

Leila Cardoso da Silva<sup>1</sup>  
Márcia Santos Lemos<sup>2</sup>

**Resumo**

O presente artigo tem o objetivo de discutir linguagem, ideologia e jornalismo literário a partir do arcabouço teórico de Mikhail Bakhtin. Procuramos demonstrar, por meio da análise de uma reportagem da seção “Questões da República” da revista **piauí**<sup>3</sup>, a relação entre palavra, ideologia e metabolismo social. Para tanto, organizamos a exposição em três partes articuladas. A primeira trata dos conceitos bakhtinianos. A segunda apresenta o jornalismo literário e a revista **piauí**. Por fim, a análise da reportagem selecionada como *corpus* para este trabalho – “Feliz Ano Velho – Em torno do retrocesso brasileiro” – publicada em janeiro de 2018.

**Palavras-chave:** Linguagem. Palavra. Ideologia. Jornalismo Literário.

**“ISSUES OF THE REPUBLIC” IN TIMES OF CRISIS: *LANGUAGE, IDEOLOGY*  
*AND LITERARY JOURNALISM***

**Abstract**

This article aims to discuss language, ideology and literary journalism from the theoretical framework of Mikhail Bakhtin. Through the analysis of a report of the section “Questões da República”, **piauí** magazine, we seek to demonstrate the relation of word, ideology and social metabolism. For this purpose, we organize the exhibition in three articulated parts. The first deals with bakhtinian concepts. The second presents the literary journalism and the **piauí** magazine. Finally, the analysis of the report selected as corpus for this work – “Feliz Ano Velho – Em torno do retrocesso brasileiro” – published in January 2018.

**Keywords:** Language. Word. Ideology. Literary Journalism.

**1 PROLEGÔMENOS**

Ao discutirmos a linguagem e sua relação com ideologia e sociedade, ressaltamos que neste trabalho buscamos tratar estes conceitos nas suas inter-relações, a partir das ideias propostas pelo filósofo Mikhail Bakhtin (1895-1975) e sua concepção dialógica/interacionista

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Bahia – Brasil. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens da UESB. ORCID <<http://orcid.org/0000-0003-3028-5935>>. E-mail: leilacardoso@hotmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Bahia – Brasil. Professora do programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens da UESB. ORCID <<http://orcid.org/0000-0002-3527-1391>>. E-mail: marcialemos.uesb@gmail.com.

<sup>3</sup> O nome da revista é escrito em letras minúsculas, conforme justificativa explicitada no corpo do texto.

da linguagem. Os primeiros estudos sobre o tema, desenvolvidos pelo filósofo, surgiram em 1929. No Brasil, as traduções de Bakhtin e do chamado Círculo Bakhtiniano chegaram a partir da década de 1970 e contribuíram de forma significativa para os estudos dialógicos numa abordagem interdisciplinar.

Uma das grandes heranças dos fundamentos bakhtinianos para o estudo da linguagem é a compreensão de que ela só existe no diálogo, é dinâmica e está diretamente ligada às relações dialógicas e sociais dos sujeitos. A linguagem, nesse sentido, é considerada um fenômeno sócio-ideológico, expressão prática da consciência dos sujeitos sociais, percebida como elemento de vinculação entre a realidade e o homem. As consciências individuais, portanto, interagem formando conteúdos ideológicos que refutam e refratam a realidade.

Para o filósofo, a linguagem é necessariamente interação discursiva. Neste sentido, pode-se afirmar que a linguagem é uma prática social que constitui o sujeito, essencialmente fruto das relações do eu com o outro. Nessas relações, a palavra exerce um papel fundamental, pois através dela, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor (BAKHTIN, 1995, p.113).

A perspectiva apresentada nos estudos de Bakhtin revela que o sentido de uma palavra é construído a partir do contexto, da situação histórica. Só assim será possível entender o enunciado, o querer dizer, a significação da palavra:

A língua não é reflexo das hesitações subjetivo-psicológicas, mas das relações sociais estáveis dos falantes. Conforme a língua, conforme a época ou os grupos sociais, conforme o contexto presente tal ou qual objetivo específico, vê-se dominar ora uma forma ora outra, ora uma variante ora outra. (BAKHTIN, 1995, p. 149.).

Neste sentido, como afirma Costa,

[...] toda produção intelectual, a exemplo de qualquer discurso, é uma construção historicamente situada e, por isso, apreensível como um trabalho elaborado em interação dialógica e responsiva com as condições histórico-sociais do momento em que ele é realizado. (COSTA, 2017, p. 35).

De acordo com Bakhtin, o mesmo texto, em situações históricas distintas, permitirá sentidos diversificados. O verdadeiro significado de um enunciado só poderá ser compreendido concretamente se o momento da fala, a entonação, o contexto e os participantes da interação discursiva forem considerados na captação dos sentidos. Isso porque,

Todas as palavras evocam uma profissão, um gênero, uma tendência, um partido, uma obra determinada, uma pessoa definida, uma geração, uma idade, um dia, uma hora. Cada palavra evoca um contexto ou contextos, nos quais ela viveu sua vida socialmente tensa; todas as palavras e formas são povoados de intenções. [...] A linguagem não é um meio neutro que se torne fácil e livremente a propriedade intencional do falante, ela está povoada ou superpovoada de intenções de outrem. (Bakhtin, 2002, p. 100).

Compreendemos, então, que ao pronunciar um discurso partimos de uma finalidade, que pode ser informar, questionar, refutar, etc. Em outras palavras, o discurso está indissolúvelmente associado às condições da comunicação que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais. Um dos objetivos da teoria bakhtiniana é integrar o ato de fala individual num contexto mais amplo, situado no tempo e no espaço. Como resultado, as relações intrínsecas entre o linguístico e o social podem ser reveladas.

Para Bakhtin, a interação discursiva exprime e realimenta a ideologia, sendo os atos, gestos e palavras, expressões dos sistemas ideológicos. Como esclarece o filósofo:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. (...) A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. (...) A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. (BAKHTIN, 1995 p.17-18).

Segundo a teoria bakhtiniana, além de uma prática social partilhada, a linguagem é também uma entidade concreta e viva de signos ideológicos, sendo sempre acompanhada de uma atitude responsiva:

A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se locutor (BAKHTIN, 2000, p. 290, grifos do autor).

Sendo o enunciado e a palavra parte do processo comunicativo dialógico, podemos entendê-los como instrumentos privilegiados de manifestação da ideologia, como afirma Bakhtin (1995, p. 41), “As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, [...]”.

Bakhtin critica o idealismo e o psicologismo que situam a ideologia na consciência. “A própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação

material em signos” (BAKHTIN, 2006, p. 33). O Círculo Bakhtiniano caracteriza o processo de compreensão dos signos de cadeia ideológica, conforme explicita o filósofo:

Compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos; em outros termos, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos. E essa cadeia de criatividade e de compreensão ideológicas, deslocando-se de signo em signo para um novo signo, é única e contínua: de um elo de natureza semiótica (e, portanto, também de natureza material) passamos sem interrupção para um outro elo de natureza estritamente idêntica. Em nenhum ponto a cadeia se quebra, em nenhum ponto ela penetra a existência interior, de natureza não material e não corporificada em signos. (BAKHTIN, 1995, p. 32).

Assim, o caráter ideológico do signo é adquirido socialmente e está ligado diretamente à classe social com a qual o sujeito se identifica:

Nesse sentido, a ideologia é o sistema sempre atual de representação de sociedade e de mundo construídos a partir das referências constituídas nas interações e nas trocas simbólicas desenvolvidas por determinados grupos sociais organizados. É então que se poderá falar do modo de pensar e de ser de um determinado indivíduo, ou de determinado grupo social organizado, de sua linha ideológica, pois que ele vai apresentar um núcleo central relativamente sólido e durável de sua orientação social, resultado de interações sociais ininterruptas, em que todo momento se destrói e se reconstrói os significados do mundo e dos sujeitos [...] (MIOTELLO, 2007, p.176).

Segundo os estudos de linguagem e ideologia de Bakhtin e seu Círculo, os sujeitos são vistos como integrantes de determinadas cultura e sociedade previamente organizadas. Como sujeitos pensantes, eles possuem posicionamento ideológico. E é por meio das esferas de atividades constituídas como ciência, política, arte, religião, mídia, etc., que os discursos são produzidos e colocados em circulação. Essas esferas constituídas servem também como terrenos para a manifestação dos embates da sociedade. Neste sentido, Costa argumenta:

A ideologia da sociedade se constitui por significados e sentidos materializados em objetivos-signo e em enunciados concretos produzidos nas diferentes esferas ideológicas e na comunicação da vida cotidiana. Nesses significados e sentidos se refletem e se refratam (sob a ação de diversas mediações, entre as quais as dos gêneros discursivos) as determinações emanadas das estruturas econômicas e políticas e as relações travadas pelas forças em contradição e luta no fluxo de interação dialógica e responsiva da sociedade. (COSTA, 2017, p. 165-166).

Os suportes de difusão midiáticos, sobretudo os que veiculam conteúdos jornalísticos, têm sido um dos principais meios onde ocorrem os embates ideológicos. O jornalismo tem como principal elemento de trabalho a palavra, que na visão bakhtiniana caracteriza-se como material privilegiado da comunicação humana na vida cotidiana, já que é na/pela palavra que essa comunicação se efetiva no dia a dia. O jornalismo pode ser tanto um espaço de reflexão

sobre as contradições da realidade material quanto uma mercadoria, concebida com o objetivo de reproduzir o lucro e o *status quo*.

Para Lage (2004), a concepção de jornalismo daqueles que detêm algum poder ou se estabelecem em áreas de influência social normalmente é publicística. Por isso, políticos, economistas e dirigentes sociais buscam impor aos veículos jornalísticos o palavreiro empolado de seus discursos. Neste sentido, o jornalismo torna-se instrumento de manifestação e luta política ideológica. As mais diferentes plataformas midiáticas (rádio, TV, internet, jornal impresso) buscam, por meio de estratégias discursivas, captar credibilidade, conquistar legitimação e manter seu público a partir do modo como enunciam as notícias.

O jornalismo tem a possibilidade de produzir conhecimento sobre a vida cotidiana e fomentar o debate sobre assuntos considerados relevantes, colaborando para a produção de sentido sobre os mais diversos fatos sociais por meio da linguagem. Portanto, não podemos ser ingênuos: o jornalismo é um espaço de batalha ideológica, subordinado aos interesses econômicos, sociais, políticos e editoriais dos veículos de comunicação que o publicam, já que:

Na realidade não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial (BAKHTIN, 1995, p. 95).

De acordo com Bakhtin (1995, p. 113), “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação”. Tal premissa justifica os diversos modos de organização dos discursos escolhidos para estabelecer comunicação com determinado público.

Os discursos jornalísticos, por meio de seus enunciados, são produtores de sentido, e neles são reveladas ideologias, identidades e relações de poder existentes na sociedade. Esses discursos podem produzir efeitos que oferecem determinadas visões de mundo, capazes de legitimar os processos de dominação social. Bakhtin alerta:

O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera: refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles [...] Os enunciados não são indiferentes uns aos outros, nem autosuficientes; são mutuamente conscientes e refletem um ao outro... Cada enunciado é pleno de ecos e reverberações de outros enunciados, com os quais se relaciona pela comunhão da esfera da comunicação verbal. (BAKHTIN, 2000, p. 316).

Ao examinarmos a teoria bakhtiniana, fica evidente que a luta de classes atravessa a linguagem e também ocorre em torno do significado das palavras e dos signos utilizados na comunicação do homem. A classe dominante busca apresentar sua ideologia como universal e expressão dos interesses da comunidade em geral. Logo, reconhecer que o discurso não é neutro é imprescindível para compreender a mensagem veiculada e suas intenções nos confrontos sociais realizados por intermédio da linguagem.

Não podemos entender a linguagem apenas a partir dos fatores linguísticos, mas compreender que ela está diretamente ligada aos processos sociais da vida humana, sejam eles, políticos, econômicos, sociológicos, psicológicos, etc. Nas palavras de Guimarães e Souza (2017, p. 17):

A palavra neutra, em tese, em si mesma é desprovida de sentido, valores e significado. Mas, sua utilização a partir de determinada finalidade, entonação, emoção e referência, isto é, quando inserida em um enunciado concreto ou ato ilocucionário, se materializa um conceito negativo ou positivo.

O filósofo húngaro, István Mészáros (2004), afirma que o Estado Capitalista está longe de ser neutro. Apesar disso, há uma tentativa de manter a aparência de que ele é a síntese da sociedade civil e gerido pelo interesse coletivo. É interessante notar como esta tentativa de forjar uma neutralidade tem sido utilizada por diversas esferas da sociedade. Sobre isso, Mészáros (2004, p. 13) afirma:

[...] todas as aparências de neutralidade ideológica só podem agravar nossos problemas quando a necessidade da ideologia é inevitável, como acontece hoje e deverá continuar no futuro previsível. Na verdade, inevitável enquanto continuar sendo necessário “vencer os conflitos” que continuam a surgir dos interesses inconciliáveis das forças hegemônicas alternativas que se enfrentam na nossa atual ordem social de dominação e subordinação estrutural.

Para Mészáros, a verdade é que em nossas sociedades tudo está “impregnado de ideologia”, quer percebamos ou não. Neste sentido, entendemos que a ideologia é parte do metabolismo social na ordem do capital reforçada entre outros elementos pela linguagem. Como explica o autor:

[...] a ideologia dominante tem uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade. Pode usar e abusar abertamente da linguagem, pois o risco de ser publicamente desmascarada é pequeno, tanto por causa da relação de forças existente quanto ao sistema de dois

pesos e duas medidas aplicado às questões debatidas pelos defensores da ordem estabelecida. (MÉSZÁROS, 2004, p. 59).

Fica posto que a ideologia dominante, expressa nas principais instituições sociais, culturais e políticas da ordem estabelecida, desfruta de uma posição privilegiada em relação a todas as variedades de “contraconsciência”. Para Mézáros (2004, p. 65):

Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas de modo algum independentes), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social.

À luz do arcabouço teórico fornecido por Bakhtin e Mézáros, percebemos que a mídia pode ser considerada um importante aparelho ideológico. Os discursos por ela proferidos e veiculados (através de todas as plataformas desse setor) influenciam a forma como a sociedade vê e percebe a realidade. Eles podem ser usados de duas formas: como mecanismo ideológico de dominação, reforçando as ideias dominantes, ou como instância de negociação e resistência. Apesar do mito da neutralidade no jornalismo já ter sido refutado, inclusive por estudos científicos (MELO, 2004; MEDINA, 1988; LAGE, 1999), alguns veículos insistem em se declarar imparciais. Nossa pesquisa parte da premissa de que o jornalismo, enquanto produto de uma empresa que vende uma mercadoria chamada notícia, não possui neutralidade ideológica.

Por fim, as pesquisas sobre a relação entre linguagem, ideologia e metabolismo social apontam o jornalismo literário como um locus privilegiado para o estudo desta interação. O uso de recursos e técnicas da literatura para conquistar um determinado nicho do mercado deu origem a uma forma singular de fazer jornalismo. Por meio dessa convergência nasceu o jornalismo literário, gênero que vamos perscrutar nesta pesquisa, a partir da análise de uma reportagem publicada na seção “Questões da República”, constante na revista **PIAÚÍ**.

## 2 O JORNALISMO LITERÁRIO E A REVISTA PIAUÍ

Narrar histórias é uma prática inerente às relações sociais. O jornalismo, atividade profissional que visa coletar, investigar, analisar e transmitir periodicamente ao grande público, ou a segmentos dele, informações da atualidade, utilizando veículos de comunicação

(jornal, revista, rádio, televisão, internet etc.) para difundir-las, tem assumido novos formatos, como argumenta Pena (2008, p. 13):

O que deveria ser uma profissão ligada às causas da coletividade vem se transformando, salva raras e boas exceções, em um palco de futilidades e exploração do grotesco e da espetacularização. Revistas de fofocas, tablóides e até a chamada grande mídia estão entorpecidas pela busca de audiência e dos patrocinadores. Um puxa o outro, em um ciclo vicioso inesgotável.

Diante da crescente concorrência, sobretudo com o desenvolvimento da tecnologia e difusão da internet, os veículos de comunicação precisaram, a fim de manter-se no mercado comunicacional, passar por grandes transformações que envolveram tanto a forma como o conteúdo disponibilizado. Os hábitos de consumo mudaram e também a forma de produção do conteúdo. O público está cada vez mais disperso, pois tem inúmeras possibilidades de acesso à informação. Ao mesmo tempo em que esta condição significa um extraordinário progresso, uma vez que facilita o acesso, ela representa um desafio.

A difusão instantânea que a Internet favorece provoca, em certa medida, a desvalorização da informação qualificada, falta de análise e apuração dos fatos. Com a mercantilização das informações e a necessidade de produção noticiosa em grande escala, negligencia-se o aprofundamento das pautas. Tal conjuntura representa uma crise para o jornalismo, que enfrenta o desafio de conservar sua influência e credibilidade aliada aos fundamentos éticos da profissão.

Nesse cenário aprisionado pela lógica mercadológica, os jornalistas comprometidos com a ética profissional e a sociedade têm seu espaço reduzido. Esses profissionais, ao buscarem formas de se manterem no mercado, têm recorrido a outras modalidades ou gêneros jornalísticos. Uma alternativa é o jornalismo literário que, segundo Pena (2008, p. 15), é a “modalidade de prática de reportagem de profundidade e do ensaio jornalístico utilizando recursos de observação e redação originados da (ou inspirados pela) literatura”.

O surgimento do jornalismo literário é datado na década de 1960, nos Estados Unidos. Seus principais expoentes são Tom Wolfe, Gay Talese, Norman Mailer e Truman Capote, responsável pela publicação do perfil Marlon Brando, intitulado **O duque em seus domínios**, citado como primeiro texto do jornalismo literário em 1956. A narrativa do livro **A Sangue Frio**, um romance de não ficção, também de Truman Capote, até os dias atuais é uma leitura recomendada nas faculdades de jornalismo. Capote ficou seis anos apurando minuciosamente o assassinato da família Clutter, ocorrido em 1959 nos Estados Unidos. A obra é um exemplo de como o jornalismo literário prioriza a rigorosa apuração dos fatos e a



informação de forma abrangente. A presença física do jornalista nas cenas que descreve incentiva o leitor a formar opinião sobre os mais variados assuntos.

No Brasil, um dos grandes expoentes do Jornalismo Literário foi Euclides da Cunha, que, para alguns autores, inaugurou o gênero híbrido com sua obra **Os Sertões**. E um dos mais notáveis jornalistas literários foi Joel Silveira, chamado de “a Víbora”, graças a seu estilo ferino.

Em seu livro **Páginas Ampliadas: o Livro-Reportagem como Extensão do Jornalismo e da Literatura**, Lima (2009, p. 384) afirma que o jornalista-escritor é um repórter, “[...] que busca adentrar a realidade para conhecê-la e trazê-la à compreensão, mas também um escritor que organiza sua história do que viu e viveu em uma narrativa consistente, representação simbólica de ações, cenários e personagens reais”.

Além de explorar a realidade em pauta, Lima defende que o jornalista deve cumprir sua função social de formar e informar as pessoas, criando a possibilidade de construir uma visão crítica da realidade. Em outras palavras, o ofício deve ser realizado com responsabilidade e não apenas para servir aos interesses mercadológicos das empresas e/ou fontes oficiais<sup>4</sup>:

O autor não é um mero compilador de dados, esforçado moleque de recados que transmite as versões dos fatos moldados conforme os interesses de suas fontes, nem se esconde, submisso, por trás das afirmações dos especialistas. Em jornalismo literário que se preze, abominam-se as expressões por trás das quais se escudam os autores, tímidos, a autoestima baixa, o inconsciente complexo de inferioridade escorado em cacoetes como ‘segundo o doutor Xinóbio Astri Brizão, do laboratório Mentzi de Reprodução Humana...’ ou ‘questionado pela reportagem, fulano de tal, 39, disse que...’. Autor de jornalismo literário tem nome, rosto, corpo, cabeça, tronco, membros. Tem mente e coração. Pensa e sente [...]. Tem virtudes e defeitos. Enxerga coisas que pessoas menos exercitadas para contar histórias não enxergam (LIMA, 2009, p. 369).

Autores como Felipe Pena (2008) e Edvaldo Pereira Lima (2009) criticam a forma como a abordagem das notícias feita pelo jornalismo tradicional tende a ser simplista, linear, rasa, frágil e com explicações mecanicistas. Um dos fatores que geram toda essa fragilidade é a instantaneidade da produção de notícias, que leva a uma formulação mecânica e superficial das informações, sem nenhuma apuração dos fatos. Afinal, não raro, o objetivo de muitos

---

<sup>4</sup> As fontes oficiais são mantidas pelo Estado, por instituições ligadas ao Estado ou por empresas e organizações. No meio jornalístico, são consideradas as mais confiáveis. Apesar disso, Nilson Lage (LAGE, 2001, p. 28) chama a atenção para o fato de que as fontes oficiais podem falsear a realidade para preservar interesses estratégicos e determinadas políticas, a fim de beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, ou em função de lutas internas pelo poder.

meios de comunicação tem sido apenas cumprir os padrões operacionais de redação e publicação das notícias por interesses mercadológicos.

Para facilitar a identificação do jornalismo literário, Felipe Pena indica algumas características que ele convencionou chamar “estrela de sete pontas”:

Potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do *lead*, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos (PENA, 2008, p. 13).

Por potencializar os recursos do jornalismo, primeira ponta da estrela criada por Pena, o autor explica que na prática do jornalismo literário, as técnicas narrativas do jornalismo tradicional não são descartadas. O profissional desenvolve estes recursos e constrói novas estratégias. Porém, os velhos e bons princípios continuam sendo importantes. Entre eles, destacam-se a apuração rigorosa, atenta observação, abordagem ética e a capacidade de expressar de forma clara os fatos.

Quando o autor recomenda ao jornalismo literário ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano, ele quer dizer que o profissional não deve ficar enjaulado pelo *deadline*<sup>5</sup>, ou prazo para o fechamento do jornal. Seu dever é proporcionar ao leitor uma visão mais ampla da realidade. Para isso, ao produzir a reportagem ele deve relacionar aquela notícia a outros fatos, compará-la com diferentes abordagens e localizá-la em um espaço temporal mais longo.

Outra ponta da estrela consiste em exercer a cidadania. A perspectiva da função pública do jornalismo é pouco evocada no mundo contemporâneo. Pena recomenda que o jornalista não ignore o compromisso com a sociedade e que, ao escolher um tema, pense como a abordagem pode contribuir para formar o cidadão.

Outro aspecto é o rompimento com as correntes do *lead*<sup>6</sup>. No jornalismo literário, conhecido por sua profundidade, a utilização do *lead* não é necessária, já que o leitor não espera as principais informações no primeiro parágrafo. No JL<sup>7</sup> a utilização do *lead* pode, inclusive, representar falta de criatividade, elegância e estilo.

Evitar definidores primários também é uma ponta da estrela criada por Pena (2008). Na prática do JL, aquele círculo vicioso do jornalismo tradicional de entrevistar apenas fontes

---

<sup>5</sup> Último prazo para que uma edição seja fechada ou que uma reportagem seja concluída.

<sup>6</sup> O *lead* tradicional responde a seis questões básicas (Quem, o quê, como, onde, quando, por quê?), de acordo com a ordem de importância do fato.

<sup>7</sup> Abreviação utilizada para jornalismo literário de modo a evitar a excessiva repetição do termo.

oficiais deve ser evitado. É preciso criar alternativas para ouvir o cidadão comum, a fonte anônima, dar voz a pontos de vistas que nunca foram abordados.

A última, e não menos importante ponta da estrela, diz respeito a perenidade. “Uma obra baseada nos preceitos do Jornalismo Literário não pode ser efêmera ou superficial” (PENA, 2008, p. 15). Ao contrário das reportagens do jornalismo tradicional, que em sua maioria, caem no esquecimento logo no dia seguinte, o objetivo do JL é a permanência, proporcionando ao leitor uma reflexão continuada sobre os temas abordados.

Castro e Galeno (2002, p. 128) defendem que “é preciso dar ao texto jornalístico a mesma atenção que à narrativa literária, deixando para os meios de comunicação eletrônicos a tarefa limitante da reprodução mecânica da realidade”. Nessa perspectiva, o público leitor receberia mais do que simplesmente informações, seriam confrontados com a necessidade de pensar os fatos criticamente.

Na narrativa do jornalismo literário o jornalista busca agradar o leitor por meio do aprofundamento e tratamento detalhado das pautas, proporcionando maior reflexão sobre o tema. Em outras palavras, a reportagem do JL requer investigação, diferentes pontos de vista, implicações, causas e consequências. Para Lima (2009), o tratamento dado às reportagens de jornalismo literário possui algumas características:

1. Exatidão e precisão – Apesar de ser um objetivo do jornalismo, independentemente da modalidade, no JL o autor é desafiado a fazê-lo de forma atrativa para o leitor, pois imagina-se que o público que consome o jornalismo literário é mais exigente e quer exatidão e precisão, porém sem pressa. Por isso, nessa modalidade, a riqueza de detalhes nas descrições dos fatos é importante.
2. Liberdade – No JL as pautas não estão vinculadas aos editoriais. O texto pode tornar-se universal, já que não busca falar do aqui e agora de forma superficial e breve, mas aprofundada e longa. Não raro, uma reportagem em publicações do gênero chega a conter mais de cinco páginas.
3. Abordagem multiangular – Ao contrário do que se vê no texto jornalístico tradicional diário, no JL o texto apresenta um sistema de causa e consequência. Os fatos são expostos, mas para além de meras descrições, a proposta é discutir os resultados do fato social.
4. Humanização – Na produção da narrativa de JL, os estereótipos são evitados. As pessoas não são tratadas como fontes e sim como pessoas/personagens da narrativa, os modos de ser e dizer do entrevistado ganham destaque e passam por detalhada

observação. O autor também é humanizado, podendo apresentar sua opinião e contar o que sente.

5. Imersão – A realidade dos personagens ganha importância na produção da narrativa. Não raro, vemos, nas reportagens de jornalismo literário, detalhes da vida das personagens, de onde são, como vivem, o que fazem, etc.
6. Simbolismo – Na narrativa de JL o conteúdo simbólico está presente nas figuras de linguagem a partir do discurso poético, das metáforas e metonímias. Para Lima (2009, p. 379), “o uso de simbolismo ajuda a consolidar na mente do leitor a síntese, a imagem, o sentido de um acontecimento. [...] o simbolismo permite fazer ponte entre um fato ou situação com seu sentido universal”.
7. Preocupação social/engajamento – Outra característica do jornalismo literário é a preocupação social com os temas abordados. Os jornalistas são incentivados a aprofundar o debate e, apesar de expor um recorte, ele pode apresentar sua visão, sem preocupar-se com a aparência de neutralidade.
8. Criatividade e voz autoral – O jornalista tem liberdade para usar os recursos que melhor lhe representem. Ele busca um texto mais vívido, atraente e original. Ao contrário do jornalismo tradicional, que tem se tornado uma repetição mecânica, superficial e burocrática, sendo os jornalistas, por vezes, apenas cumpridores dos padrões operacionais da redação. No JL não há um estilo padrão estabelecido. O jornalista, dentro da ética profissional, pode escolher seu próprio estilo para abordar temas velhos ou novos, sempre de forma atrativa.

O jornalismo literário propõe relatar a realidade social humana de forma diferenciada, envolvendo os mais sofisticados recursos narrativos, dando aos textos jornalísticos uma forma e estilo literário que não só transmite informação, mas caracteriza-se como um texto prazeroso de ser lido.

Os recursos narrativos utilizados no JL transcendem aqueles instrumentos normalmente utilizados no jornalismo tradicional e chegam ao requinte de produzir trabalhos literários de muita qualidade. O propósito do jornalismo cotidiano é informar os fatos noticiosos em sua primeira instância, já o JL busca uma compreensão mais complexa da realidade, um aprofundamento para entender o que acontece por trás dos acontecimentos. Para além do veículo impresso (jornal e revista), o JL pode ser encontrado em modalidades online, bem como na TV.

No Brasil, a primeira revista a produzir jornalismo literário e influenciar publicações desta natureza e especificidade, foi a revista **Realidade**. Criada em 1966 pela Editora Abril,

de São Paulo, a publicação circulou até 1976 com periodicidade mensal. A revista produzia conteúdo sobre os mais diversos assuntos. Sua principal característica era uma escrita leve, mas profunda, aspectos que consagraram a **Realidade** como marco do jornalismo literário no país. A publicação, que durou dez anos, apresentava reportagens ousadas e inovadoras, produzidas por reconhecidos jornalistas, entre eles, Narciso Kalili, José Hamilton Ribeiro, Paulo Henrique Amorim, Sérgio de Souza, Paulo Patarra e José Carlos Maranhão.

Outra referência do JL no Brasil é a revista **piauí**, lançada em outubro de 2006, tem periodicidade mensal, distribuída em todo o território nacional e conhecida por fazer um jornalismo com textos ricos em vozes e em espaço, características do JL. A revista propõe a construção de textos com uma abordagem mais detalhada, fugindo da apresentação dos temas de maneira superficial. Idealizada pelo banqueiro, documentarista e cineasta João Moreira Salles, o periódico é editado pela Editora Alvinegra, impresso pela Editora Abril e distribuído pelo Dinap, do grupo Abril.

Ao ser questionada sobre as motivações que levaram a criação da revista, por meio do contato feito pela autora desse artigo, a redação da **piauí**, respondeu: “Um grupo de amigos chegou à conclusão que seria bacana entrar numa banca e encontrar uma revista como a **piauí**. Não passou disso. A decisão não foi tomada a partir de um plano de negócios (ainda que queiramos que a **piauí** se torne um negócio), ou porque alguém identificou um nicho editorial ainda não explorado. Queríamos ler reportagens como as que publicamos não só em inglês, mas na nossa própria língua”.<sup>8</sup>

Pouco antes do lançamento da **piauí**, os criadores afirmaram como seriam as reportagens da publicação:

**Piauí** será uma revista de reportagens. Ela buscará os temas atuais, embora não tenha pressa em chegar primeiro às últimas notícias. (...) Apurará com rigor e escreverá com clareza. Fugirá dos clichês (...). Usará um vocabulário com mais de cem palavras. (...). Não terá restrições temáticas, políticas ou ideológicas. (...) Cobrirá qualquer assunto que uma reportagem possa tornar interessante. Vale tudo (...). Só não valem reportagens sobre dietas e Reforma da Previdência, que ninguém aguenta mais. **Piauí** procurará com afinco novos assuntos: o Brasil não é feito apenas de corrupção e violência (PIAUI, 2006 *apud* PINTO, 2014, p. 20, grifo do autor).

O nome da revista causa curiosidade. Ao ser questionada sobre como surgiu o nome *piauí* (escrita com letras minúsculas mesmo), a equipe de redação relata a resposta de João

---

<sup>8</sup> Parte das informações sobre a revista *Piauí* foi obtida via email, por meio do contato com a redação da revista, que respondeu a um conjunto de questões formulado pela autora deste trabalho, entre 2017 e 2019, durante a pesquisa do mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (SILVA, 2019).

Moreira Salles, idealizador da revista: “De uma idiossincrasia. Gosto de palavras com muitas vogais, e **piauí** tem várias. O som é bonito. Parece banal, e talvez seja mesmo, mas a razão é essa. Vogais amolecem as palavras. Elas ficam mais simpáticas. **piauí** é uma palavra simpática”.

A revista possui algumas características que a diferencia da maioria das publicações brasileiras. Essas diferenças podem ser percebidas desde o seu formato à narrativa utilizada. A **piauí** conta normalmente com uma média de 80 páginas por edição. Sua estrutura textual também se difere das revistas do país, uma vez que os temas não são separados por editoriais, mas seções avulsas à medida que os temas surgem. Nela podem ser veiculados conteúdos sobre diversos assuntos, desobrigando os produtores de temas fixos nas edições. Isso mostra a intenção da revista em inovar suas pautas. Ainda assim, a revista conta com algumas seções mais frequentes, como: Esquina, Chegada, Ficção, Cartas e Despedida.

Os jornalistas são ciosos do vocabulário, estrutura narrativa e conteúdo na construção dos textos. A periodicidade favorece a produção das notícias, já que o repórter tem bastante tempo para apurar os fatos e narrar a história com maior riqueza de detalhes. Logo, as notícias são acompanhadas de personagens, enredos, contextualização e imagens.

### **3 QUESTÕES DA REPÚBLICA: “FELIZ ANO VELHO – EM TORNO DO RETROCESSO BRASILEIRO”**

Observados os pressupostos da teoria bakhtiniana e do jornalismo literário, fizemos a seleção e organização das edições da *piauí* para a composição do *corpus*. Selecionamos as revistas a partir da edição publicada em setembro de 2016, pouco depois do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, ocorrido em 31 de Agosto de 2016, e finalizamos a coleta do material em setembro de 2018, final da campanha eleitoral do primeiro pleito presidencial após o impeachment. Ou seja, a baliza para a seleção considerou a importância da *Piauí* no jornalismo literário e o conteúdo das reportagens.

Ao final da leitura flutuante, momento em que foram feitas as primeiras observações do material, verificamos que a seção “Anais da República” não foi publicada e “Questões da República” e “Vultos da República” apareceram em 13 edições. Dessas, escolhemos seis para a composição final do *corpus* da pesquisa desenvolvida no mestrado (SILVA, 2019).

A escolha das referidas edições foi feita a partir da regra da representatividade, ou seja, as seções que apareceram com maior frequência durante o período de seleção e que

versavam sobre a política em âmbito nacional, com foco na disputa em torno da presidência da República a partir do afastamento de Rousseff até as eleições de 2018. Considerado esse marco temporal, para este artigo, priorizamos a reportagem que trata das repercussões do impeachment, na edição 136, seção “Questões da República”, que tem como título, “Feliz Ano Velho – Em torno do retrocesso brasileiro”, e é assinada pelo jornalista Fernando de Barros e Silva.

A narrativa apresenta aspectos relevantes para a compreensão da crise política brasileira e expõe alguns nomes discutidos, à época, como possíveis presidenciáveis. Para o autor da reportagem, apesar do início do novo ano (2018), a crise política permanecia. Três tipologias textuais aparecem ao longo da reportagem, narrativo, descritivo e argumentativo. O próprio título, “Feliz Ano Velho – Em torno do retrocesso brasileiro”, já denota o tom argumentativo da reportagem, eivado da opinião do repórter. Fato recorrente no jornalismo literário.

Silva inicia o texto descrevendo uma cena de embarque numa aeronave, abaixo descrita, para criticar a crise política do Brasil e deixar clara sua opinião diante da conjuntura:

As portas da aeronave foram fechadas com atraso por motivos operacionais, alheios à nossa vontade”.

A voz que chega pelo sistema de som do avião é impessoal e suave, como manda o protocolo. Não há pedido de desculpas, não há – sobretudo isso – responsabilidades. Os motivos do atraso são “operacionais” e “alheios à nossa vontade”. Estamos num mundo em que as coisas acontecem, ou deixam de acontecer, sem que ninguém tenha culpa. Estamos no Brasil.

Passageiro frequente da ponte aérea Rio-São Paulo há seis anos, desde que comecei a trabalhar na **piauí**, devo ter ouvido essa ladainha da comissária de bordo algumas dezenas de vezes. Não saberia dizer a partir de que momento essas explicações que nada explicam grudaram na minha mente.

O fato é que a cada atraso passei a esperar, com certo prazer infantil, o momento em que a empresa encena dar satisfações ao cliente. Desde então, enquanto a moça uniformizada se desincumbe de seu script, do assento eu vou recriando mentalmente os meus próprios pronunciamentos: “O país chegou a essa situação por motivos operacionais, alheios à nossa vontade”; “Estamos nessa merda infinita por motivos operacionais, alheios à nossa vontade”. E por aí eu decolo, com pequenas variações, a depender do humor do dia (e do tamanho do atraso). (SILVA, 2018, p. 14).

A estratégia discursiva de inserir a cena no texto é uma das características do jornalismo literário. É recorrente nesse tipo de publicação o uso de figuras de linguagem, discurso poético, utilização de metáforas, metonímias e sátiras. Como afirma Lima (2009), o recurso consolida para o leitor o sentido de um acontecimento, que nesse caso, faz referência à política brasileira. A abordagem incentiva o leitor a refletir sobre a pauta de forma mais profunda. Até o final da reportagem, o jornalista retoma essa narrativa, criticando o fato de ninguém assumir a responsabilidade pela crise no Brasil.

É perceptível como o autor busca dialogar com falas de várias pessoas e veículos de comunicação, ao inserir no texto as narrativas de oito colunistas, jornalistas e cientistas políticos. Num dos recortes mais antigos, retonou à década de 1980, com a fala de Mário Amato, então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Essa relação dialógica também fica clara ao citar trechos de reportagens de outros jornais e revistas, como *Folha*, *Estadão*, *O Dia*, *Valor Econômico* e *Veja*.

A inserção de recortes de matérias de outros veículos é um exemplo do que afirma Bakhtin (2000, p. 316): “o enunciado está repleto de ecos e lembranças de outros enunciados. Deve ser considerado uma resposta a enunciados anteriores podendo refutá-los, confirmá-los e de algum modo contar com eles”. Afinal, “os enunciados não são indiferentes uns aos outros, nem autossuficientes; são mutuamente conscientes e refletem um ao outro” (BAKHTIN, 2000, p. 316). Silva, ao que parece, busca mostrar que apesar da pauta em questão já ter sido abordada em outros jornais e revistas, na *piauí*, o tema é trabalhado em sua profundidade, inclusive dando ênfase a matérias anteriores.

O repórter viaja no tempo e no espaço, mas abandona o formato narrativo cronológico organizado, volta às décadas de 1950, 1980 e 1990 e retorna aos dias atuais. Em meio à discussão rica em recorte histórico, o repórter expõe sua opinião e acrescenta comentários a partir das informações que tece. Silva conta suas experiências profissionais de outros momentos históricos da política brasileira, a exemplo de 1989 com a eleição de Fernando Collor e 1992 com o impeachment de Collor. Após expor suas experiências jornalísticas destes períodos, ele afirma:

Tudo isso pertence a um passado remoto que desencavo da memória sem muito método. Não tenho dúvida de que o impeachment de Collor representou um momento de fortalecimento da democracia e da grande vitalidade da imprensa brasileira. E que hoje acontece mais ou menos o contrário. Vivemos uma espécie de exaustão da democracia e de fragilização do jornalismo. (SILVA, 2018, p. 16).

Há, nesse trecho e ao longo da reportagem, a exposição do posicionamento ideológico do repórter. Fica implícito que para ele, o impeachment de Dilma Rousseff representa um retrocesso na democracia e também no jornalismo, já que este serviu de instrumento para fortalecer forças políticas historicamente hegemônicas no país. Em vários momentos, as palavras utilizadas evidenciam tanto a perspectiva política de Silva quanto os interesses do veículo de comunicação em que trabalha.

Como afirma Bakhtin (2002, p. 100), “Todas as palavras e formas são povoadas de intenções. [...] A linguagem não é um meio neutro que se torne fácil e livremente a



propriedade intencional do falante, ela está povoada ou superpovoada de intenções de outrem”. A análise da reportagem, à luz do arcabouço teórico bakhtiniano, permitiu a identificação de algumas palavras em trechos que revelam a intenção da revista. A crítica ao governo Temer é bem direta, Silva chega a afirmar que “não há como defender a decência na condução da coisa pública e defender o governo Temer ao mesmo tempo”. E ainda acrescenta:

É evidente também que a ressurreição de Lula está ligada à total ausência já não digo de popularidade, mas de empatia deste governo. Com exceção dos editorialistas do Estadão, ninguém gosta de Michel Temer. O governo que ele comanda é obscuro. Primeiro, pelas razões sabidas: escolham entre o jogo de malas de Geddel e a mala com rodinhas de Rocha Loures, o mordomo do mordomo deste filme de terror. Mas é obscuro também pela razão que o torna palatável aos olhos do mercado. A agenda liberal patrocinada por Temer só seria legítima com o lastro do voto. Nas atuais circunstâncias, ela serve de âncora para um governo espúrio, que troca sua impunidade pelos serviços e favores que vai prestando no atacado aos donos do dinheiro, ao mesmo tempo que barganha no varejo com os picaretas de sempre do Congresso. (SILVA, 2018, p. 15).

Ao falar sobre a condução do julgamento do ex-presidente Lula e o conflito entre a esquerda e a direita, o repórter mais uma vez deixa evidente seu posicionamento que, ao longo do texto, poupa Lula ao falar, por exemplo, que nas urnas seria aceitável ver Lula ganhar ou perder:

Chegamos, enfim, ao ano da eleição. E chegamos com Lula na condição de cabra marcado para morrer. Não nas urnas, em outubro, onde seria aceitável vê-lo ganhar ou perder, mas bem antes, pelas mãos dos três desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre. [...] Aos olhos dos seguidores de Sérgio Moro, o ex-presidente já é faz tempo um presunto, de pé junto, e com chulé, mas ainda falta combinar isso com o povo. Quando se olha para a pesquisa de intenções de votos do Datafolha divulgada no início de dezembro, além do fato de Lula liderar a corrida presidencial em todos os cenários, em primeiro e segundo turnos, o que chama a atenção é a faixa do eleitorado que quer vê-lo no Planalto mais uma vez. (SILVA, 2018, p. 15).

Noutro momento, ao abordar sobre a expectativa do julgamento de Lula e a ascensão de Jair Bolsonaro nas pesquisas de intenção de votos, Silva demonstra sua opinião sobre a desvantagem de Lula e explicita a defesa da liderança petista:

Fico com a sensação incômoda de que está se formando um consenso tácito, uma espécie de entendimento implícito de que, a despeito do resultado da Justiça, Lula não pode ser candidato. O patriarca dessa mentalidade, da qual temos hoje, como tivemos em 1989, uma espécie de eco diluído, é Carlos Lacerda, autor da famosa formulação contra Getúlio Vargas em 1950: ‘Não pode ser candidato. Se for, não pode ser eleito. Se eleito, não pode tomar posse. Se tomar posse, não pode governar. (SILVA, 2018, p. 16).

O jornalista também tece considerações sobre a suposta candidatura de Luciano Huck que rendeu algumas matérias, sobretudo para o **Estadão**. Na reportagem, o nome de Huck é desqualificado como candidato:

Huck é um apresentador de programa de auditório da Globo, alguém que se projetou misturando entretenimento de massa com assistencialismo. Isso é velho. É conservador. É quase sempre atroz, entre outras coisas porque empresta a quem patrocina caridades uma superioridade moral problemática, que se nutre da violência social brasileira. Nessa área, eu prefiro o escracho do Chacrinha, que atirava postas de peixe sobre o auditório enquanto perguntava com deboche: ‘Vocês querem bacalhau?!’ o teatro da humilhação pelo menos não vinha embrulhado em cordialidade nem usava a máscara de bom-mocismo. (SILVA, 2018, p. 17).

Sobre a presença de Jair Bolsonaro na disputa presidencial, as considerações feitas revelam a perspectiva do repórter, bem como da **piauí**, em ser desfavorável ao nome do então deputado federal para presidente do Brasil. Silva afirma que apesar de sua visibilidade nos últimos tempos, não acredita em sua eleição:

Tosco, meio aparvalhado, infantilóide, fascistão à moda brasileira, Bolsonaro me parece até mais crível do que Trump. Mas não consigo vê-lo como um nome viável quando a campanha afunilar. Não tem partido, não tem tempo de tevê, não terá o PIB ao seu lado, ao contrário do que diz o “mercado” ouvido pela Folha. De qualquer modo, mesmo se perder tudo daqui em diante, Bolsonaro já ganhou. Difícil, aliás, imaginar alguém mais vitorioso no processo dos últimos anos. (SILVA, 2018, p. 17).

As palavras “tosco, meio aparvalhado, infantilóide e fascistão” revelam a opinião do jornalista sobre Bolsonaro. O ataque que Silva faz ao candidato objetiva mostrar ao leitor a incapacidade do deputado para governar o país.

Ao longo da leitura da reportagem percebemos como as palavras escolhidas para descrever situações e pessoas têm a finalidade de proporcionar ao leitor uma reflexão, influenciando sua maneira de ler os fatos sociais e os indivíduos envolvidos na disputa política no Brasil. Essa prática é notória no discorrer da reportagem, tendo em vista a clara tomada de posição. O próprio Silva, em determinado momento da discussão afirma, “[...] todo mundo, em alguma medida, tem lado, ninguém é neutro em matéria de política”.

A afirmação feita pelo repórter de que ninguém é neutro em matéria de política é uma estratégia de legitimar-se perante o leitor da revista, enquanto publicação séria e comprometida com seu público, afinal, não é qualquer veículo que assume que tem lado. O jornalista ainda diz que a grande questão é como lidar com a tomada de posição diante dos

fatos. Para ele, há dois grupos de pessoas, “as que dizem o que pensam e pensam o que dizem e aquelas acostumadas a subordinar o que dizem e o que pensam a conveniências políticas ou missões partidárias”.

Não podemos deixar de abordar o fato da revista apresentar um investimento em imagens que dialogam com o conteúdo exposto. Na primeira página, por exemplo, a imagem traz um pato amarelo com o número 2018, rodeado por pessoas vestidas com camisas e chapéus amarelos, segurando bandeiras do Brasil. A imagem evoca a campanha “Não vou pagar o pato”, realizada em 2016 no auge dos protestos contra o governo Dilma Rousseff, e ratifica a ideia defendida desde o início da reportagem, de que o Brasil chegou a atual crise política e econômica por motivos alheios a vontade da população.

A organização textual, abordagem, termos utilizados, bem como o uso de textos anteriores à reportagem apresentada na revista *piauí*, tornam evidente que a palavra é uma das arenas onde é possível perceber o confronto social e a tomada de posição.

O jornalista Fernando de Barros e Silva, por meio do uso de palavras carregadas de significado, em vários momentos atacou, criticou, poupou, concordou, reivindicou. E como afirma Bakhtin (1995, p.15), “a comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder, etc.”.

As reflexões de Bakhtin e Mészáros, aplicadas à análise da reportagem selecionada, possibilitaram a confirmação de que, independentemente do segmento ou modalidade jornalística, não existe neutralidade ideológica. Os veículos de comunicação possuem uma estrutura empresarial, servem a um determinado grupo social, ou parte dele, e estabelecem interação entre eles, a fim de manterem-se no mercado comunicacional.

Outro aspecto importante da análise é o entendimento de que o jornalismo pode ser um agente mobilizador da transformação ou reprodução das práticas sociais. Perscrutar atentamente a reportagem em questão permitiu verificar que o jornalismo traz mais do que informações, seus enunciados revelam os embates ideológicos presentes no contexto social, ainda que eles não estejam tão aparentes. A mídia compreendida aqui como o conjunto de comunicação social de massa (rádio, televisão, internet, publicações impressas), enquanto esfera ideológica instituída, é capaz de influenciar diretamente na visão de mundo do seu público. O discurso por ela proferido causa efeitos capazes de legitimar os processos de dominação social.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 277 – 369.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. *In*: BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética**: a teoria do romance. Tradução de Aurora Fornoni Bernadini et al. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.
- COSTA, Luiz Rosalvo. **A questão da ideologia no Círculo de Bakhtin**: e os embates no Discurso de Divulgação Científica da Revista Ciência Hoje. Cotia, SP: Ateliê, 2017.
- GUIMARÃES, A, J. SOUZA, F. M. E. Linguagem e ideologia: As fronteiras da/na dialogicidade na obra de Relva. II SIEL. **Anais do...** Fortaleza – CE, 2017. Disponível em: <https://anaisdosiel.wordpress.com/2018/01/10/guimaraessouza/> Acesso em: 17 fev. 2018.
- LAGE, Nilson. **Reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LAGE, N. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1999.
- LIMA, Edvaldo. Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do Jornalismo e da Literatura. São Paulo: Manole, 2009.
- MELO, S. H. D. O discurso de neutralidade na imprensa. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 5, n.1, p. 29-40, jul./dez. 2004
- MEDINA, C. **Notícia, um produto a venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.
- PENA, Felipe. **Jornalismo Literário**. São Paulo: Contexto, 2008.
- PINTO, Daniela Caniçali Martins. **piauí e o campo jornalístico**: um estudo dos discursos sobre a revista. Daniela Caniçali Martins Pinto. Florianópolis 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/128951> Acesso em: 17 de setembro de 2017.
- SILVA, Fernando de Barros. Feliz Ano Velho – Em torno do retrocesso brasileiro. **piauí**. São Paulo, n,136, p. 14-17, jan. 2018.
- SILVA, L. C da. **O Brasil em tempos de crise**: uma análise bakhtiniana da revista piauí. 2019. 232 fl. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura,

Educação e Linguagens, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.